

Pesquisa Realidade e Necessidades

da Gestão Socioambiental

**na Justiça
do Trabalho**

Novembro / 2018

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Apresentação

A Pesquisa Realidades e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho, realizada pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, contou com a participação das áreas de Gestão Socioambiental dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho durante o período de 11 de outubro a 19 de novembro de 2018. No presente relatório também são apresentados dados do ano anterior, referentes à pesquisa realizada em novembro de 2017, atualizada em maio de 2018.

O objetivo da pesquisa foi levantar informações sobre a estrutura e as competências das áreas de gestão socioambiental, bem como avaliar a implementação dos planos de logística sustentável e das políticas de responsabilidade socioambiental com destaque para as boas práticas de sustentabilidade adotadas pelos tribunais.

Este estudo está estruturado em 3 eixos:

- Estrutura e Competências
- Plano de Logística Sustentável
- Política de Responsabilidade Socioambiental

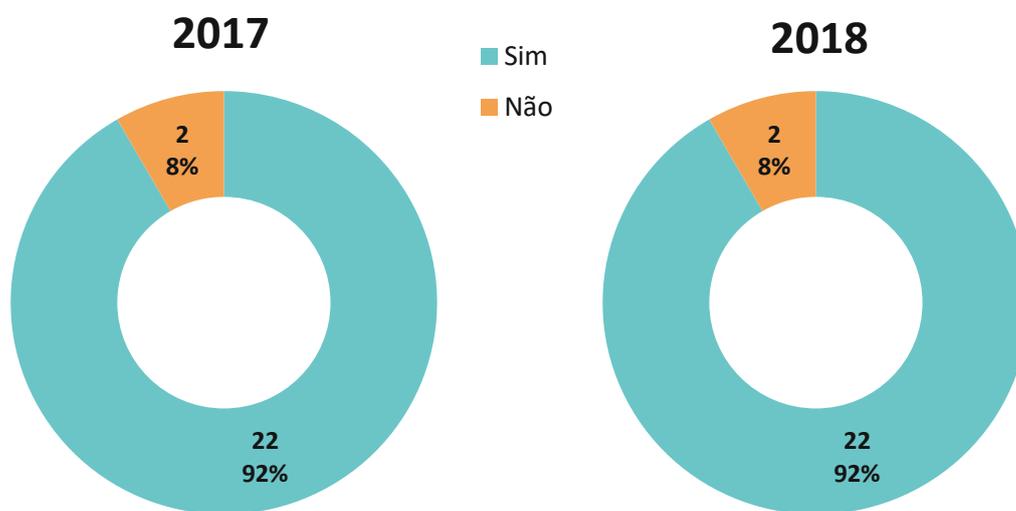
Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 1

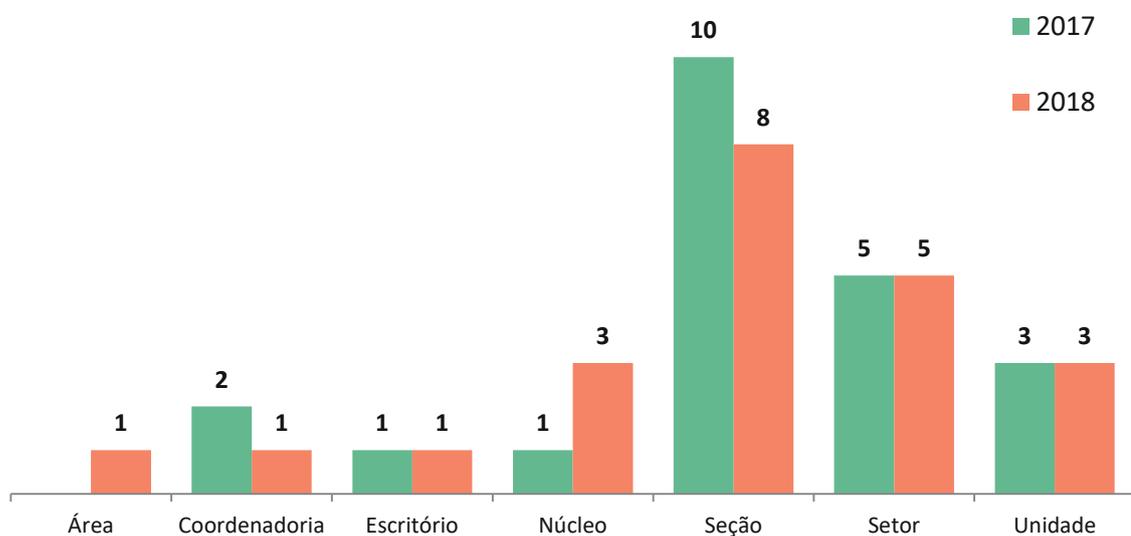
O TRT possui unidade de gestão socioambiental formalmente constituída?

Em 22 TRTs, há área de gestão socioambiental formalmente constituída, enquanto que em 2 tribunais essa função ainda está alocada em outras áreas, situação que se manteve estável entre 2017 e 2018.



► ITEM 1.1

Nome da Unidade

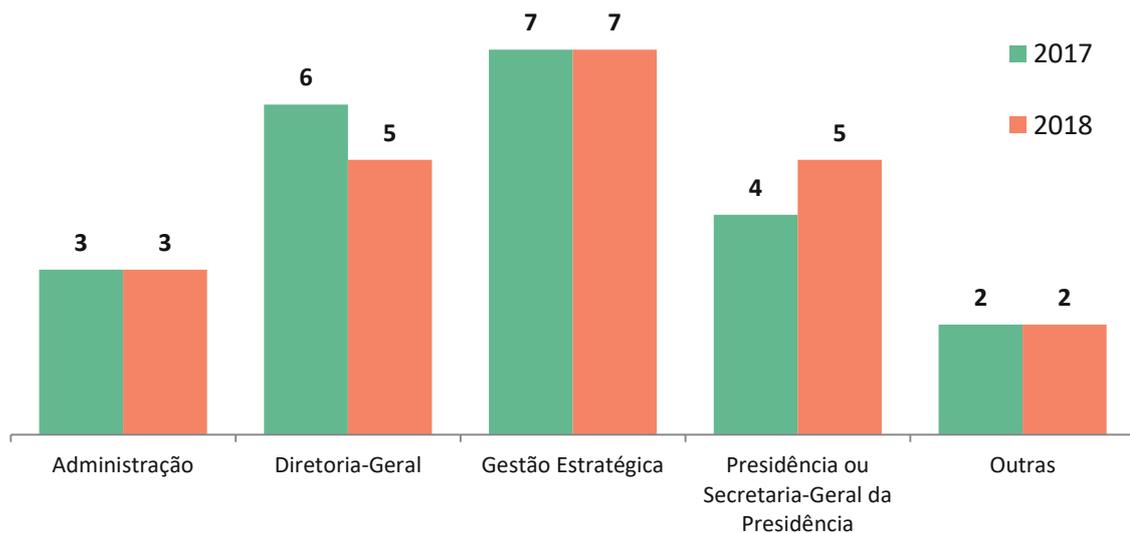


Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 1.2

Unidade à qual a área de Gestão Socioambiental está subordinada na estrutura organizacional do TRT



Dentre as 22 áreas de gestão socioambiental que se encontram formalmente constituídas, a maior parte (77%) está vinculada à Diretoria-Geral, à Gestão Estratégica ou à Presidência/Secretaria-Geral da Presidência.

► ITEM 1.3

Unidade responsável pelo tema

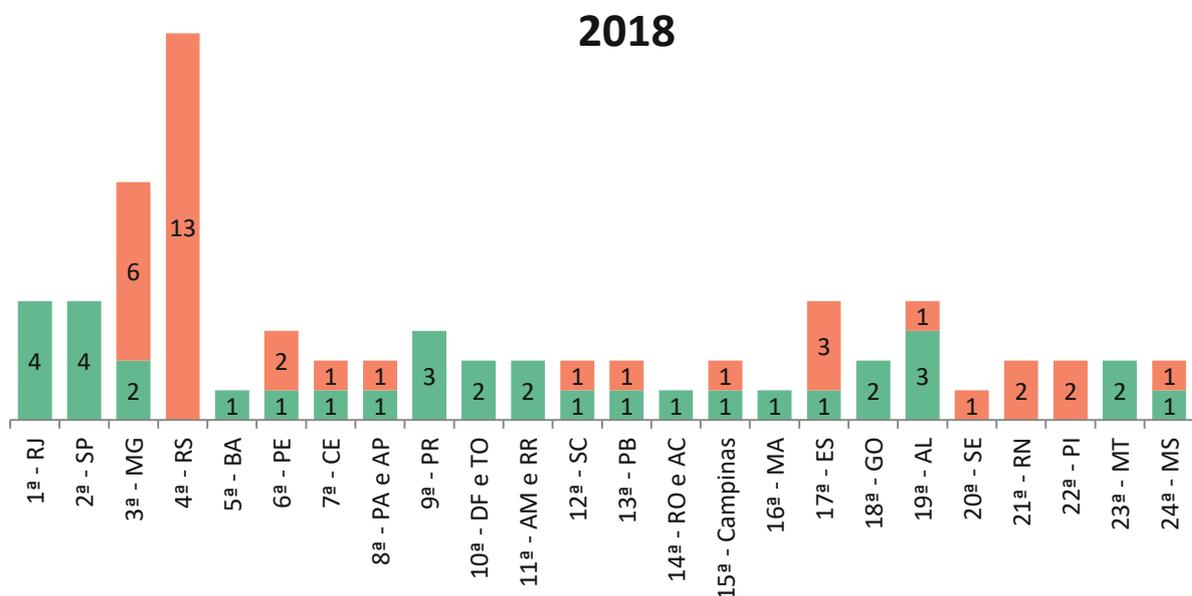
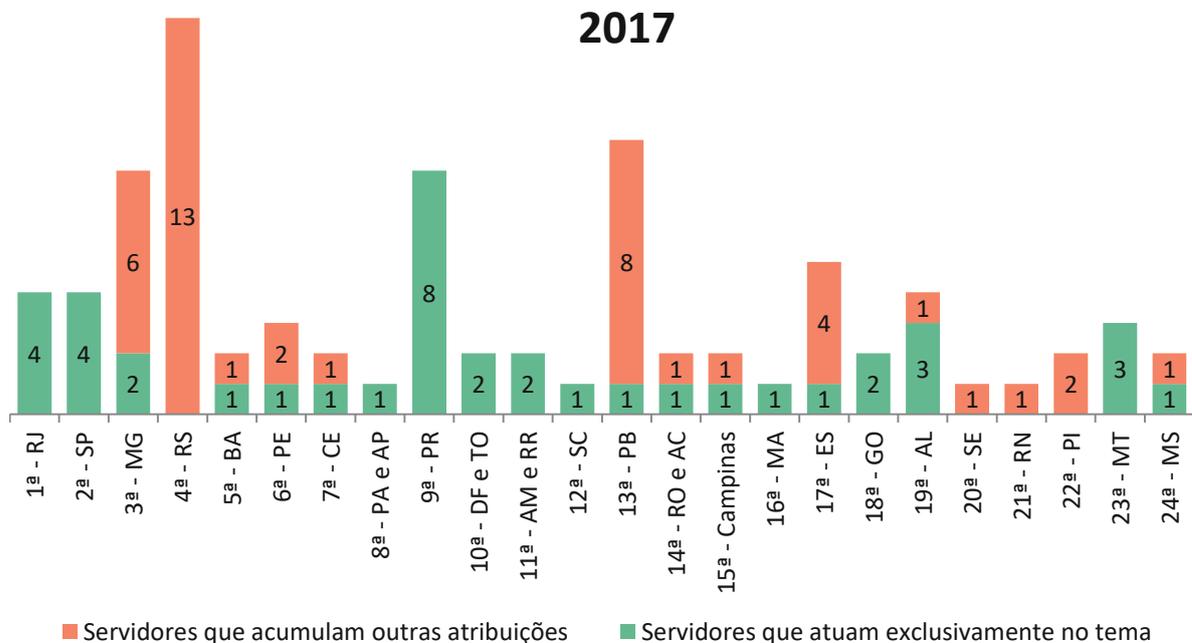
Dentre as 2 áreas que não possuem constituição formal de unidade específica, uma se encontra sob responsabilidade da Gestão Estratégica e a outra é gerida pela Diretoria-Geral.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

ITEM 2

Número de servidores que atuam na área de Gestão Socioambiental



Observa-se que 4 TRTs não possuem servidor atuando exclusivamente na gestão socioambiental, enquanto que em 11 outros tribunais há apenas um servidor nessa condição. Em média, há 3 servidores por Tribunal atuando na área de Gestão Socioambiental. Considerando-se apenas aqueles que atuam exclusivamente no tema, a média é de 1 servidor por unidade de gestão socioambiental. Entre 2017 e 2018, o número total de servidores atuando nas áreas socioambientais passou de 84 para 71, o que corresponde a uma redução de 15% no número de servidores.

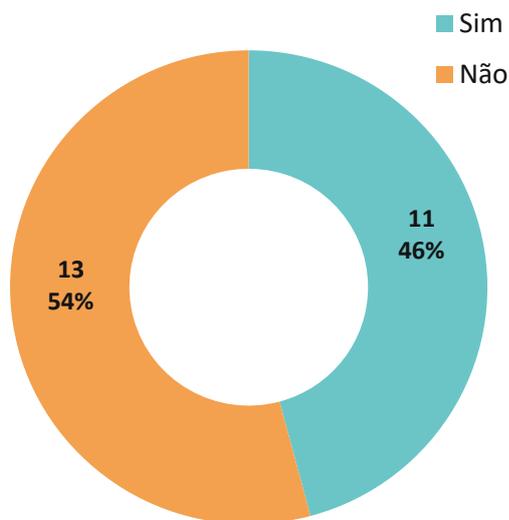
Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

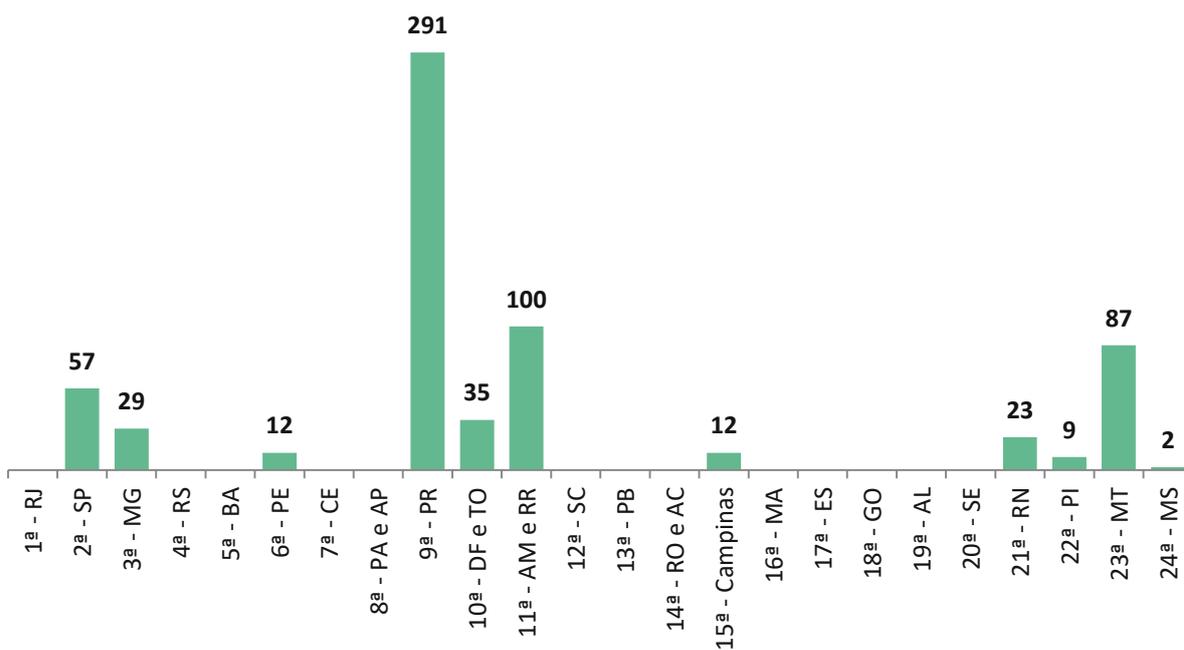
► ITEM 3

Existem colaboradores ou multiplicadores socioambientais atuando nas áreas do Tribunal?

O gráfico abaixo aponta que 46% dos tribunais possuem colaboradores ou multiplicadores socioambientais.



3.1 – Se sim, indique o número de colaboradores/multiplicadores.



Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

▶ ITEM 4

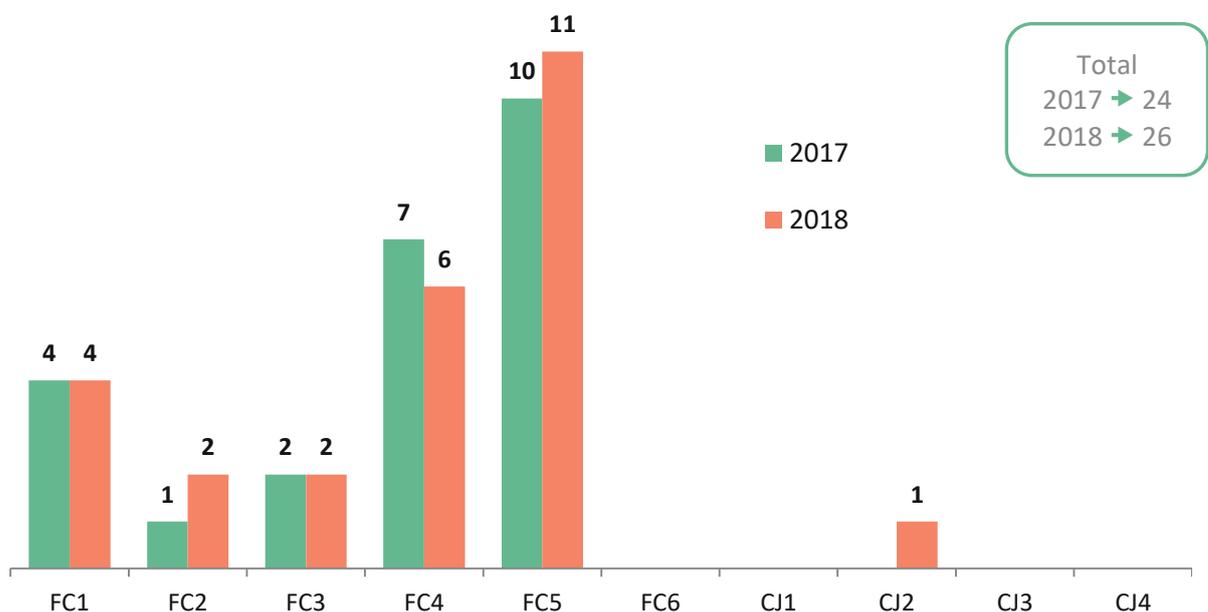
Há cargos em comissão e/ou funções destinados aos servidores que atuam exclusivamente na área de Gestão Socioambiental?

O gráfico abaixo aponta que, em 2018, 18 tribunais ofereceram cargos em comissão ou funções a servidores que atuam exclusivamente no tema socioambiental.



▶ ITEM 4.1

Quantitativo de cargos em comissão e funções destinados aos servidores que atuam exclusivamente na área de Gestão Socioambiental

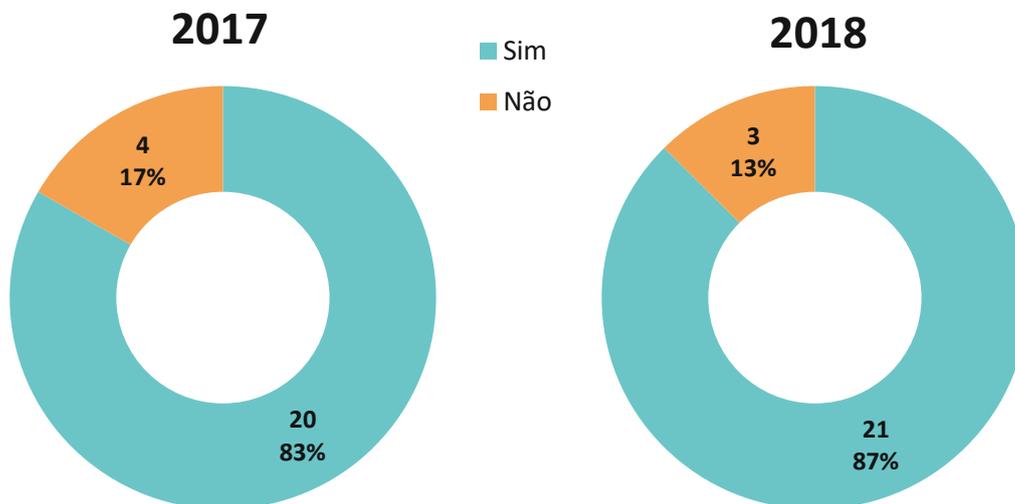


Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

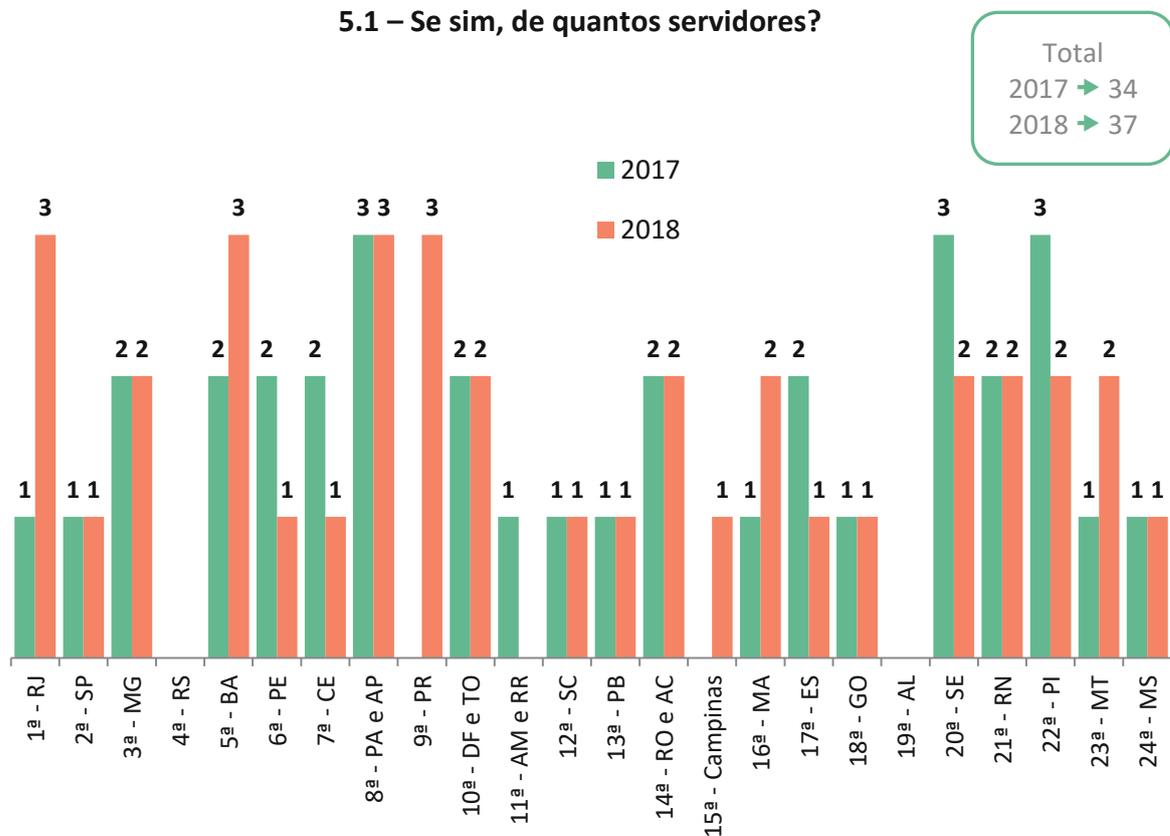
Estrutura e Competências

ITEM 5

Há déficit de servidores na área socioambiental do TRT?



5.1 – Se sim, de quantos servidores?



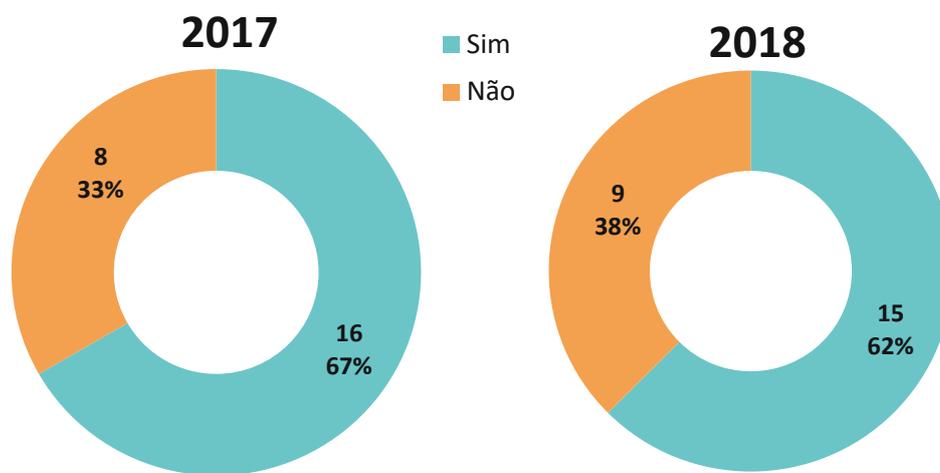
Dos 24 tribunais, 21 identificaram que há déficit de servidores na área socioambiental. De acordo com os respondentes, seriam necessários mais 37 servidores para suprir o déficit em toda a Justiça do Trabalho, 3 a mais do que o apontado em 2017.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 6

Há magistrado envolvido ativamente nas atividades socioambientais?



Conforme apontado acima, 62% dos TRTs têm magistrados envolvidos ativamente nas atividades socioambientais, percentual que se reduziu entre 2017 e 2018.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 7

Competências exercidas pela equipe responsável pela gestão socioambiental



* Categorias incluídas na pesquisa de 2018.

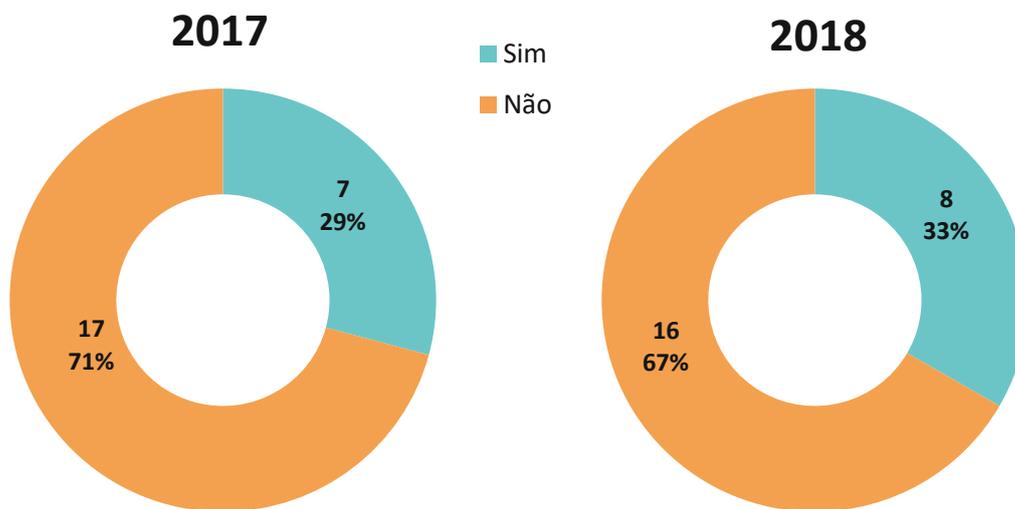
Além do acompanhamento do PLS, cinco outras competências foram exercidas por mais da metade dos regionais em 2018: meio ambiente, acompanhamento da gestão de resíduos, ações voltadas à comunidade, qualidade de vida no trabalho e planejamento de compras e contratações sustentáveis.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

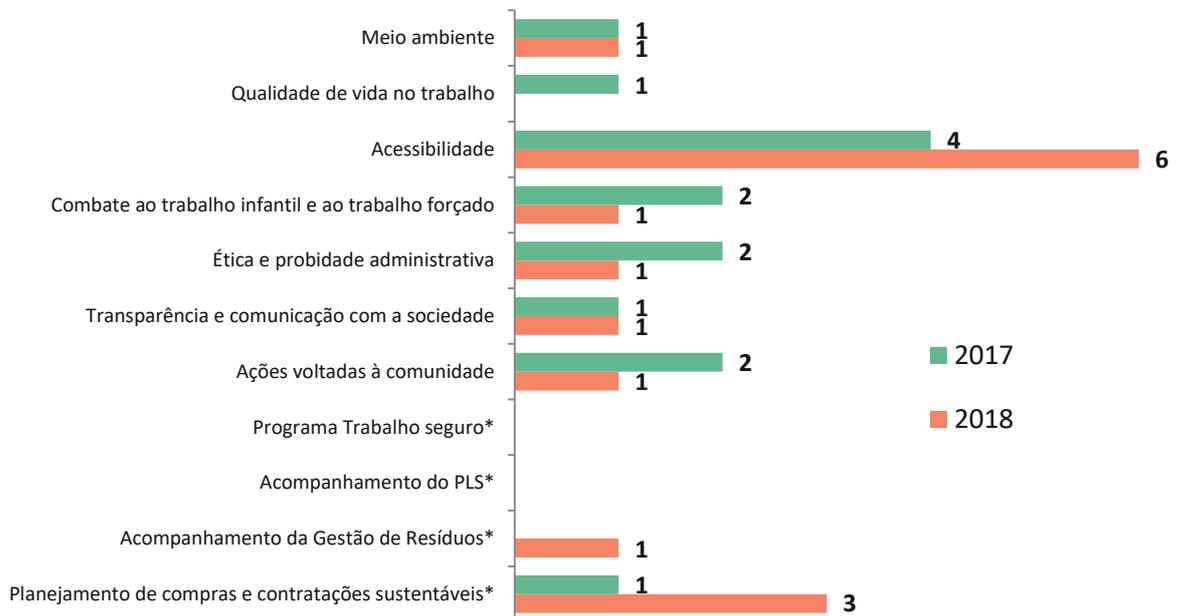
Estrutura e Competências

ITEM 8

Existem competências que não são exercidas pela equipe responsável pela gestão socioambiental, mas que deveriam ser?



8.1 – Se sim, quais?



* Categorias incluídas na pesquisa de 2018.

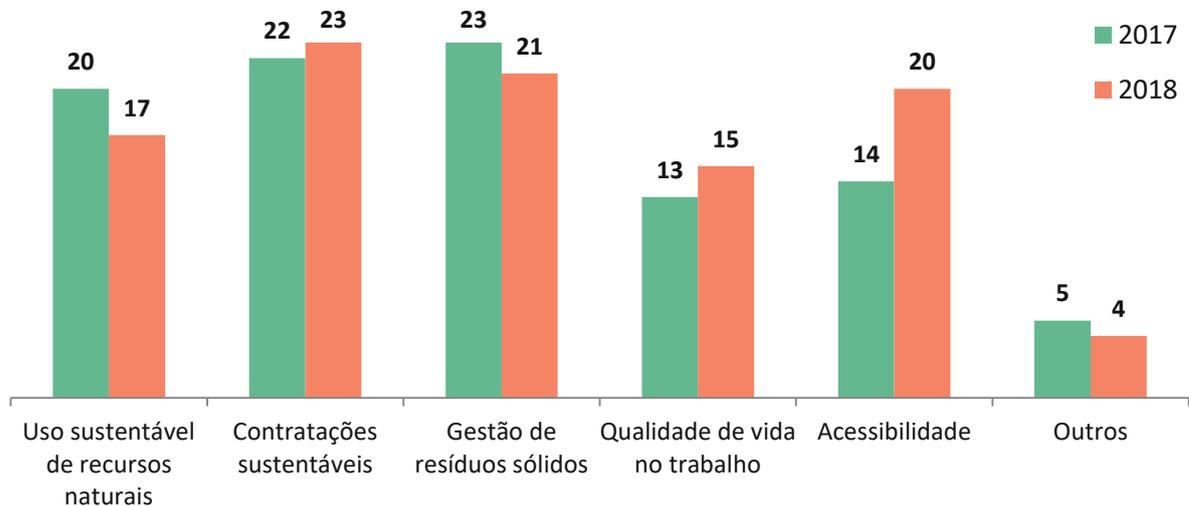
O gráfico do item 8 indica que, em 2018, 33% dos entrevistados indicaram que há competências adicionais que deveriam ser exercidas pelas áreas de gestão socioambiental. Dentre os 8 entrevistados que acreditam que há outras competências que deveriam ser exercidas pelas áreas de gestão socioambiental, 6 opinaram que o tema da acessibilidade seria uma destas competências, enquanto 3 citaram o planejamento de compras e contratações sustentáveis.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Estrutura e Competências

► ITEM 9

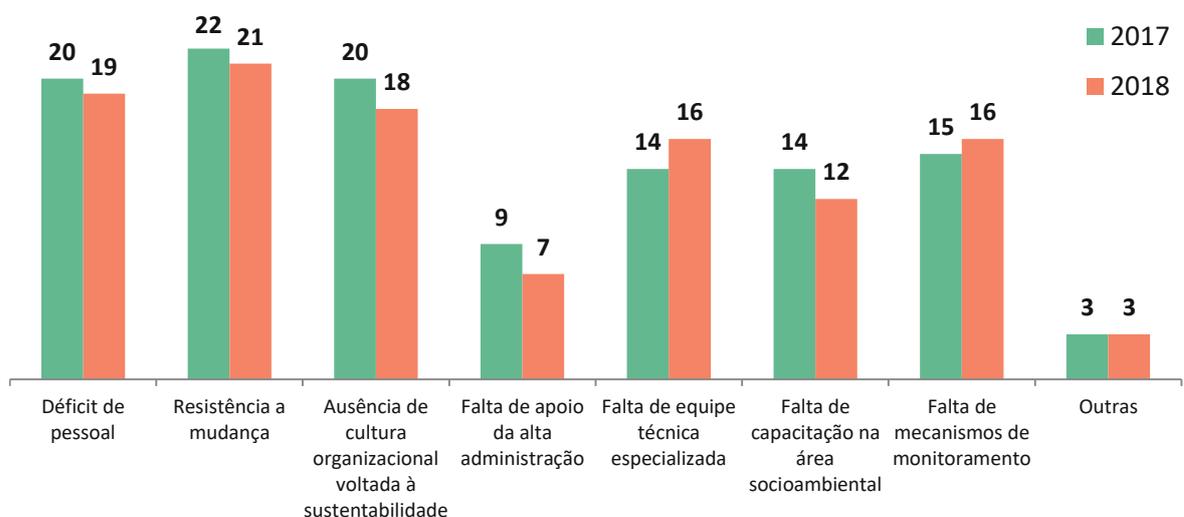
Temas em que há maior necessidade de capacitação



Tanto em 2017 quanto em 2018, a gestão de resíduos sólidos e as contratações sustentáveis foram os temas para os quais se considerou que há maior necessidade de capacitação. Observou-se, no entanto, aumento considerável na necessidade de capacitação para o tema acessibilidade.

► ITEM 10

Maiores dificuldades enfrentadas pelo gestor da área socioambiental?



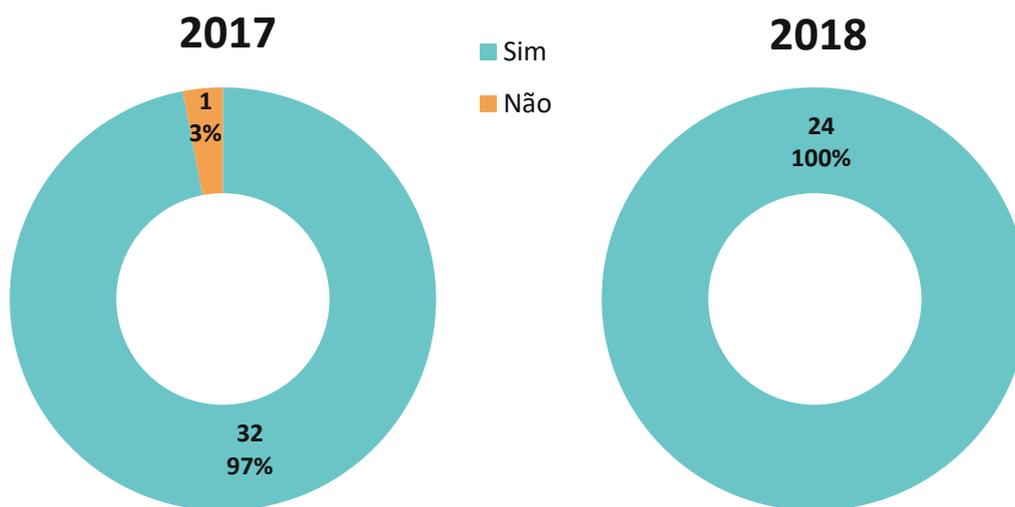
As maiores dificuldades enfrentadas pela área socioambiental, segundo os entrevistados, são a resistência à mudança, o déficit de pessoal e a ausência de cultura organizacional voltada à sustentabilidade.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 11

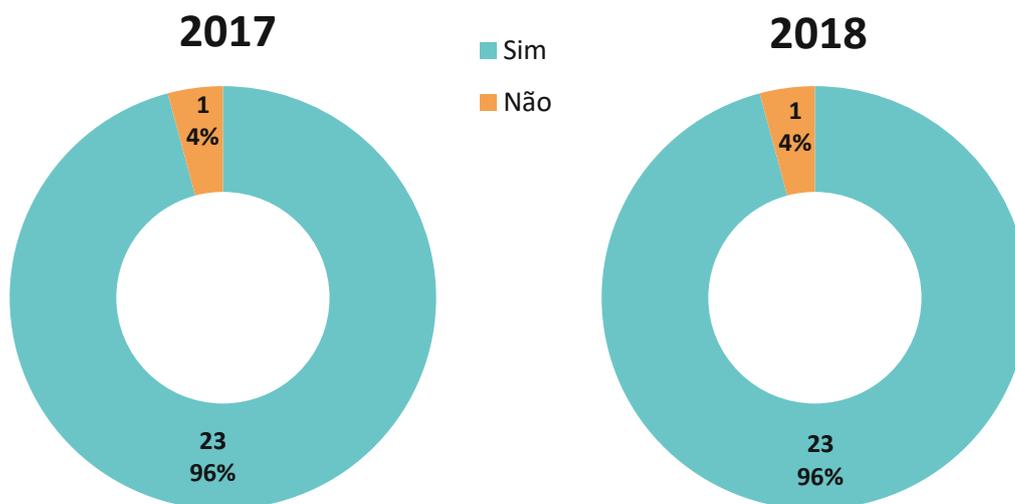
Tribunais Regionais do Trabalho que possuem Plano de Logística Sustentável - PLS



Em 2018, o único TRT que não possuía PLS formalizou seu plano. Atualmente todos os TRTs possuem Plano de Logística Sustentável - PLS.

► ITEM 11.1

Tribunais Regionais do Trabalho que possuem Comissão Gestora do PLS



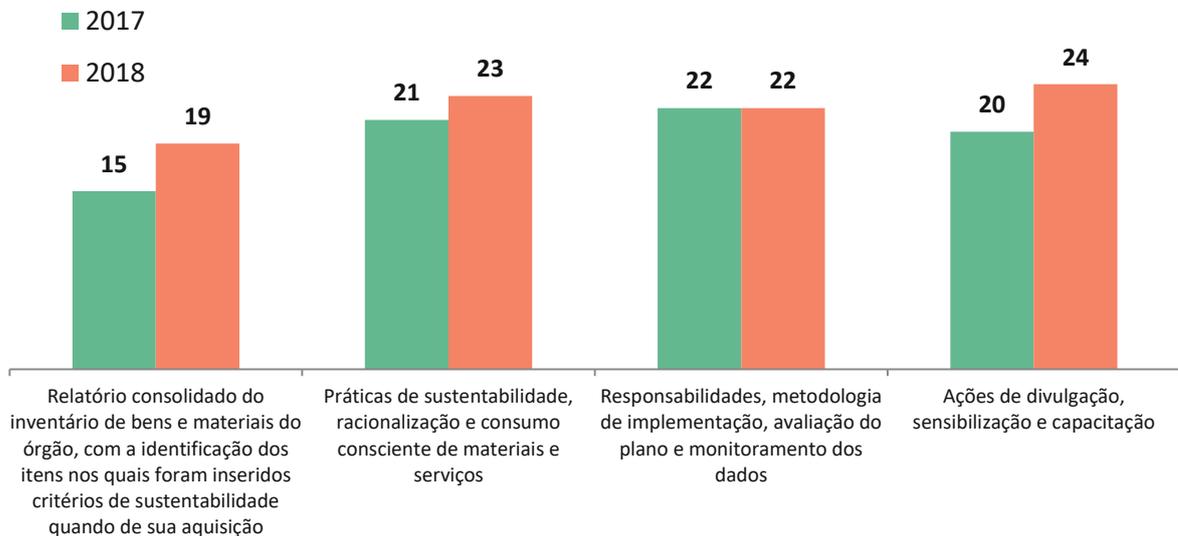
Apenas o TRT da 6ª Região não possui Comissão Gestora do PLS.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 11.2

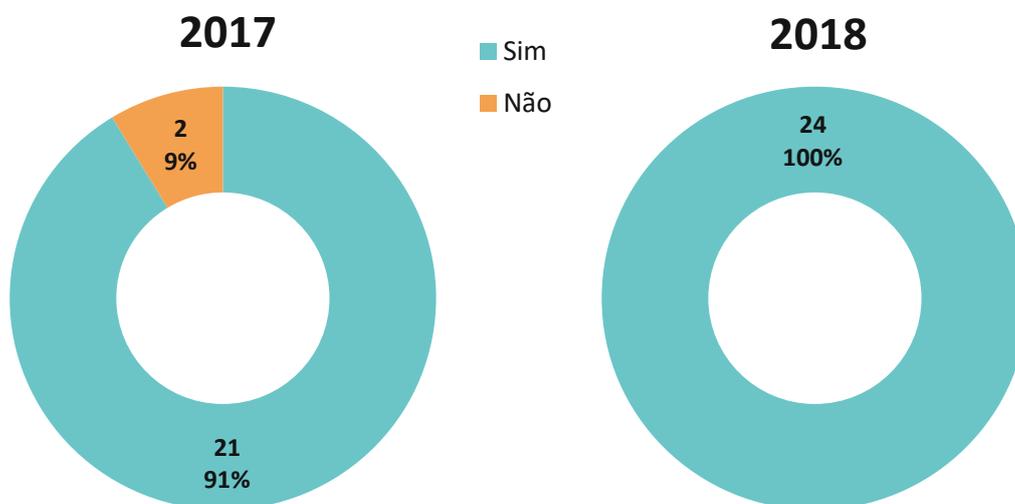
Itens previstos na Resolução CNJ Nº 201/2015 que constam do PLS



Dentre os TRTs que possuem PLS, a maior parte contemplou os itens previstos na Resolução CNJ Nº 201/2015. O relatório consolidado do inventário de bens e materiais foi o item menos contemplado pelos regionais.

► ITEM 11.3

Planos de Logística Sustentável que foram desmembrados em planos de ação, conforme previsto na Resolução CNJ Nº 201/2015



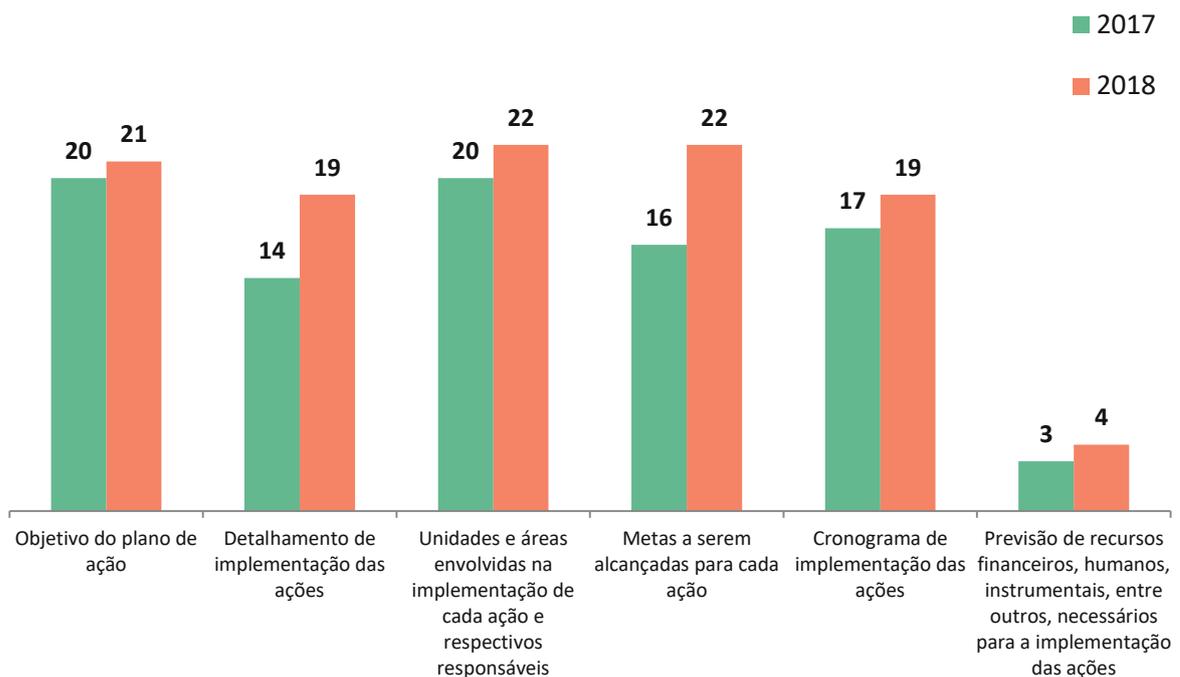
Em 2018, todos os Tribunais desmembraram seus PLS em planos de ação, conforme previsto na Resolução CNJ Nº 201/2015.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 11.3.1

Itens previstos na Resolução CNJ Nº 201/2015 que foram contemplados nos planos de ação



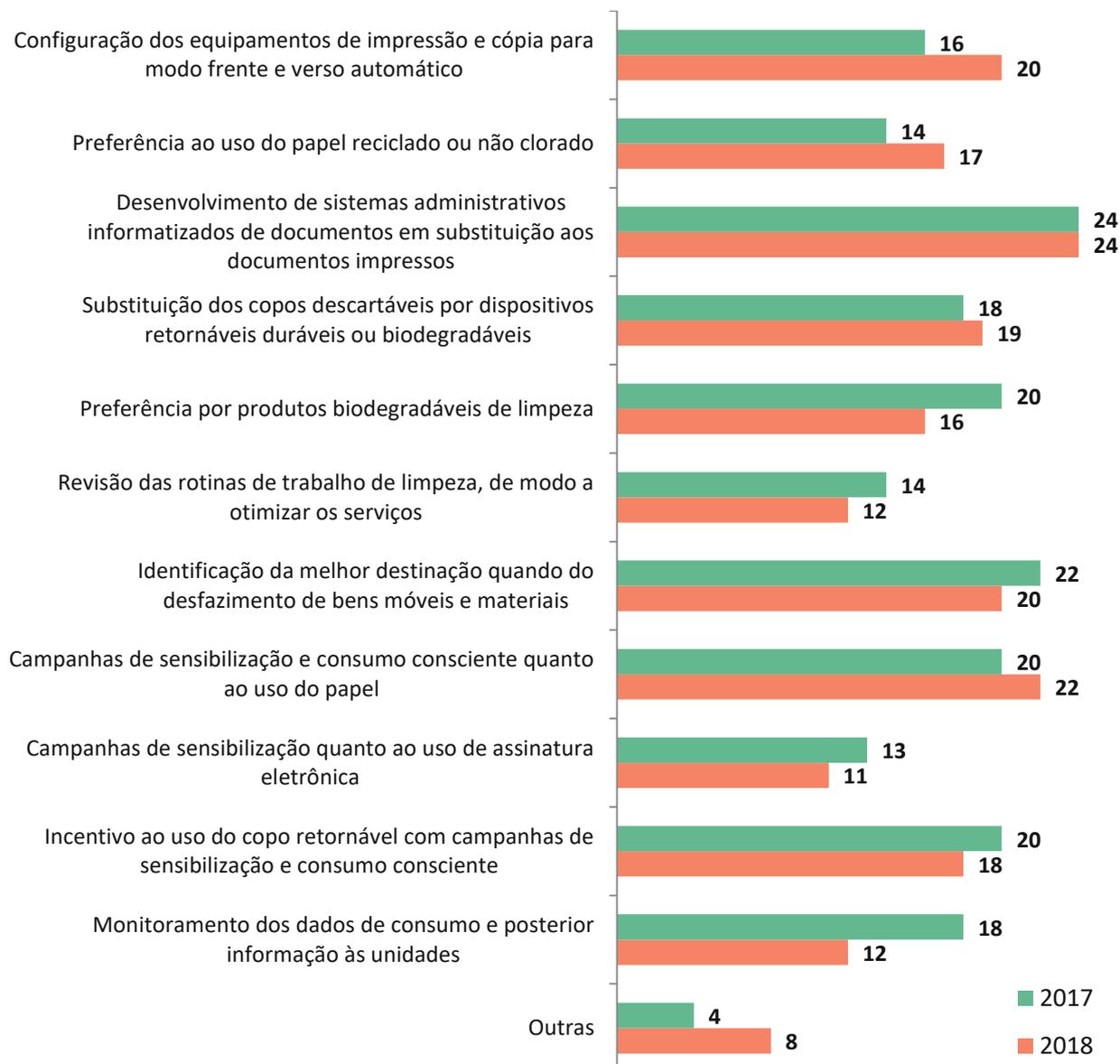
Dentre os TRTs que elaboraram planos de ação, a maior parte contemplou os requisitos previstos na Resolução CNJ nº 201/2015, exceto a previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações. Entre 2017 e 2018, nota-se um crescimento no número de Tribunais que contemplaram os itens previstos na resolução.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 12

Boas práticas de uso de materiais realizadas pelos TRTs



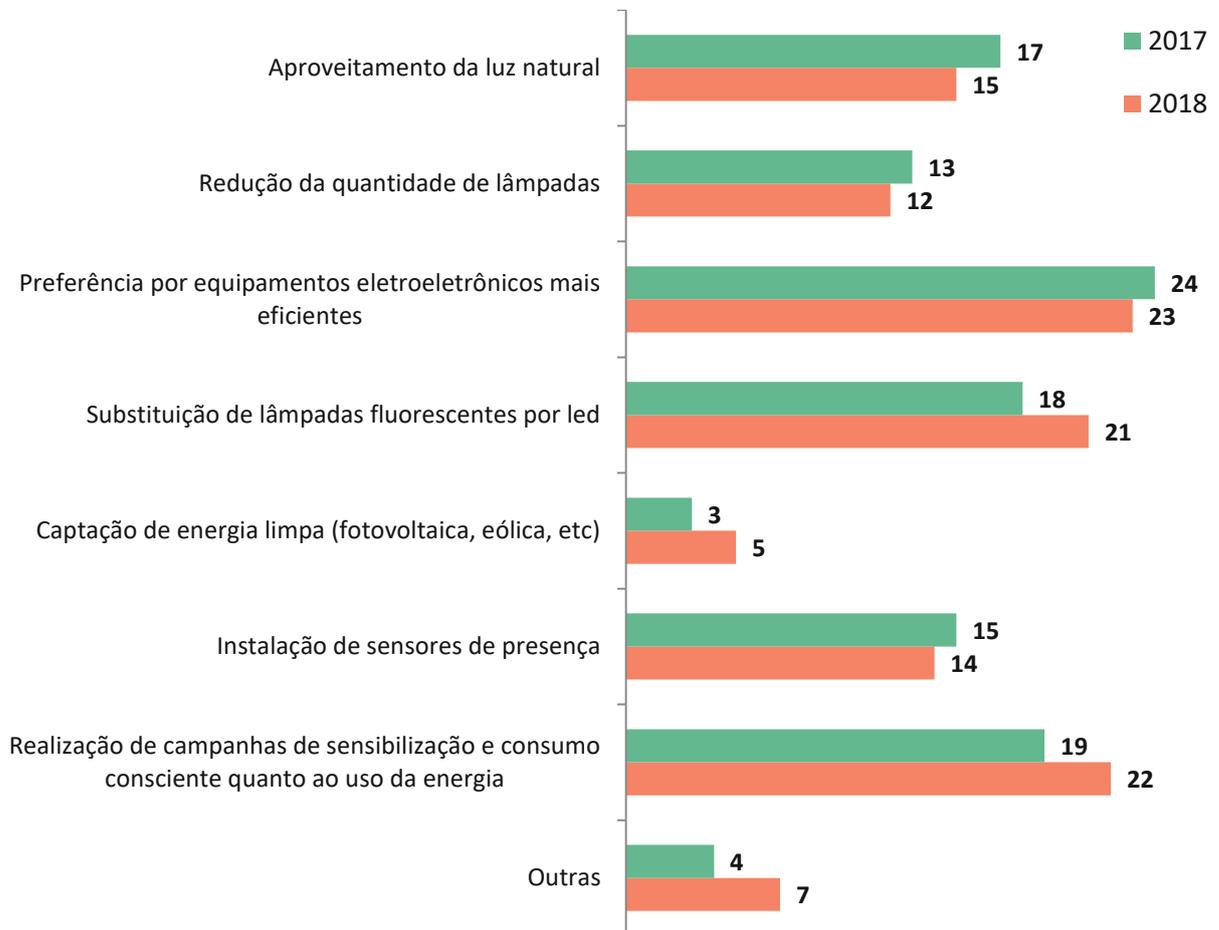
No que concerne ao uso de materiais, todos os Tribunais desenvolveram sistemas administrativos informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos. Destacam-se ainda as campanhas de sensibilização quando ao consumo consciente do papel, a configuração dos equipamentos de impressão e cópia para modo frente e verso automático e a identificação da melhor destinação quando do desfazimento de bens móveis, todos realizados por mais de 80% dos tribunais em 2018.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 13

Boas práticas de gestão e uso de energia elétrica realizadas pelos TRTs



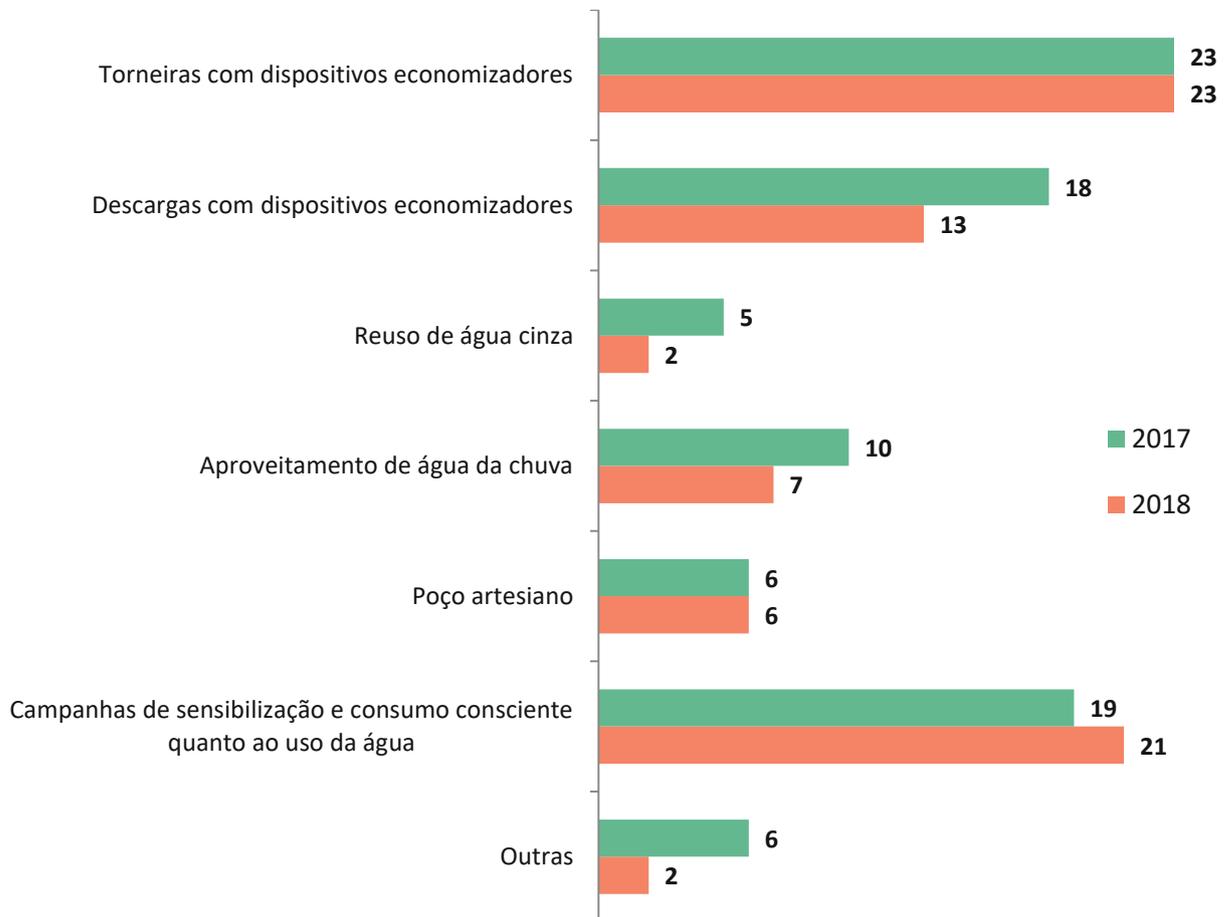
Dentre as boas práticas de gestão e uso de energia elétrica, quase a totalidade dos Regionais dão preferência por aparelhos eletrônicos mais eficientes. Destacam-se também a realização de campanhas de conscientização, a substituição de lâmpadas fluorescentes por led e o aproveitamento da luz natural. Embora a captação de energia limpa ainda seja incipiente, já contamos com 5 tribunais que desenvolvem essa iniciativa: os TRTs da 4ª - RS, 8ª - PA e AP, 18ª - GO, 23ª - MT e 24ª - MS Regiões.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 14

Boas práticas de gestão e uso de água e esgoto realizadas pelos TRTs



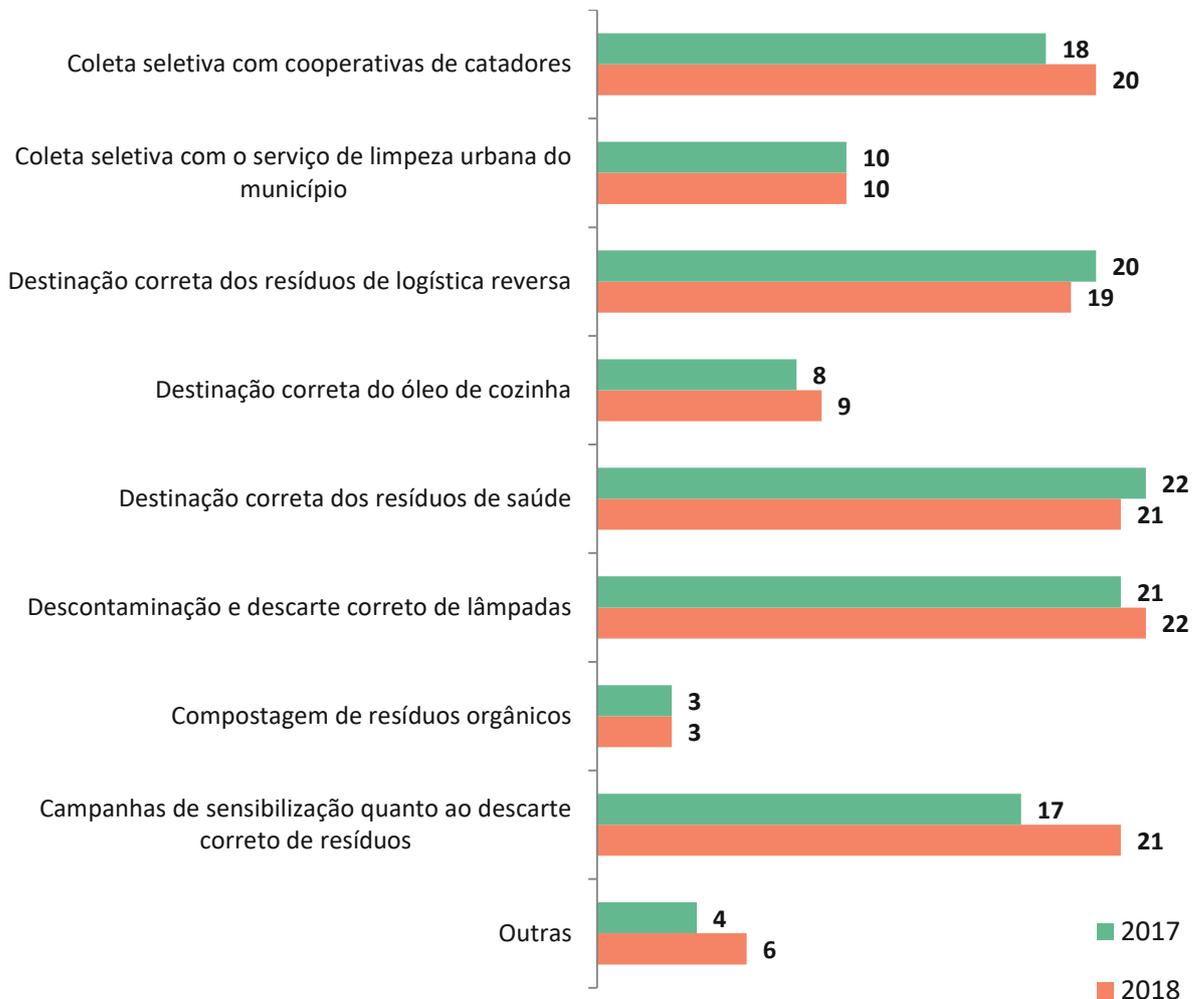
Em relação à gestão e uso da água e esgoto, apurou-se que 23 TRTs possuem torneiras e 13, descargas com dispositivos economizadores. Outra iniciativa com bastante adesão pelos tribunais é a realização de campanhas de conscientização quanto ao consumo consciente da água. Destaca-se também que a Justiça do Trabalho conta com 7 TRTs que têm iniciativas de aproveitamento de água da chuva e 2 que realizam algum reuso de água cinza (água residual proveniente de pias, chuveiros, tanques e máquinas de lavar, exceto dos vasos sanitários).

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 15

Boas práticas de gestão de resíduos sólidos realizadas pelos TRTs



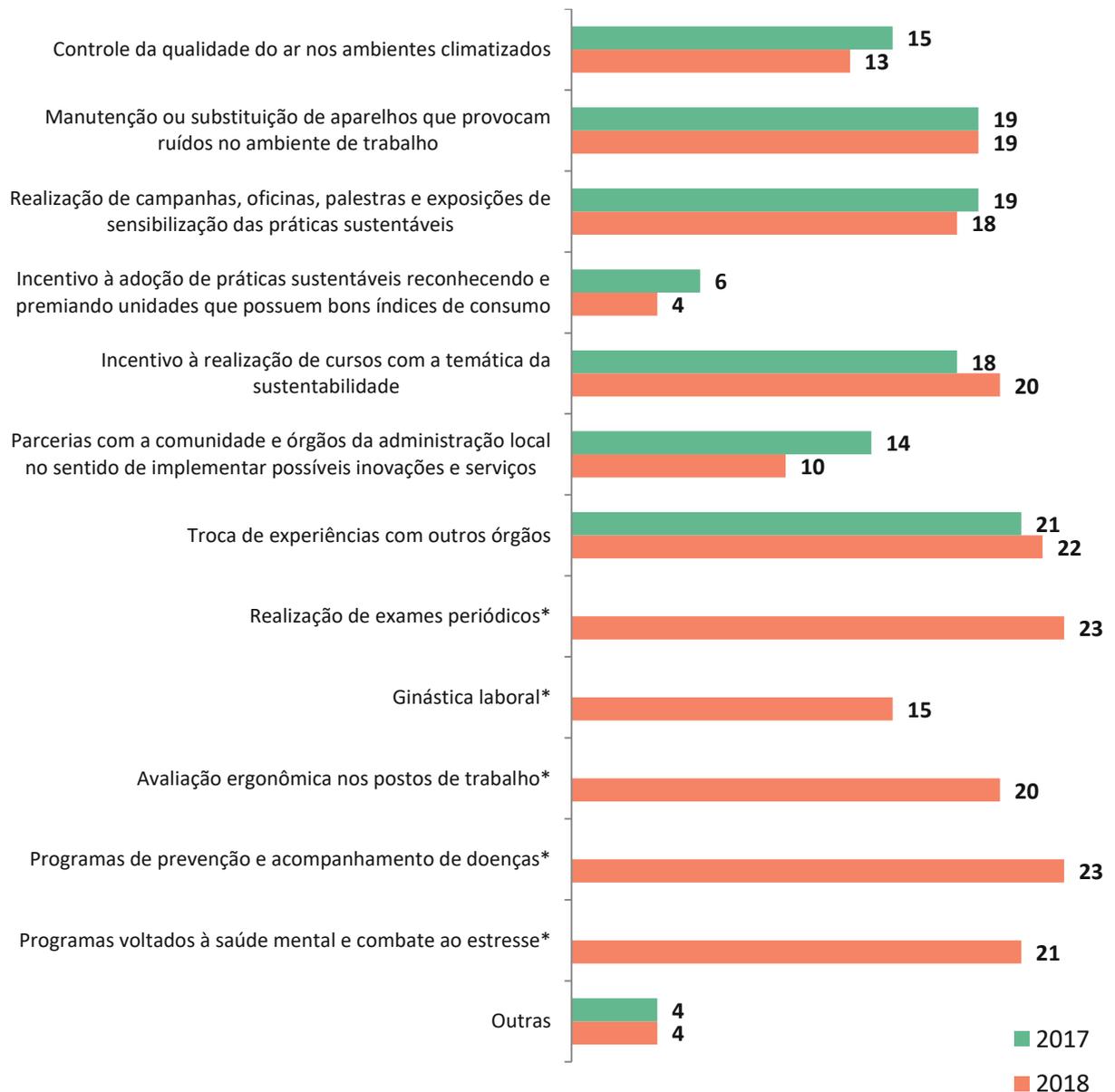
No que diz respeito à gestão de resíduos sólidos, 22 TRTs possuem coleta seletiva (seja diretamente com cooperativa de catadores, seja com o serviço de limpeza urbana). Observa-se também que a maior parte dos TRTs realiza o descarte correto dos resíduos de destinação específica, porém apenas 3 possuem iniciativa de compostagem dos resíduos orgânicos.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 16

Boas práticas de qualidade de vida no trabalho realizadas pelos TRTs



* Categorias incluídas na pesquisa de 2018.

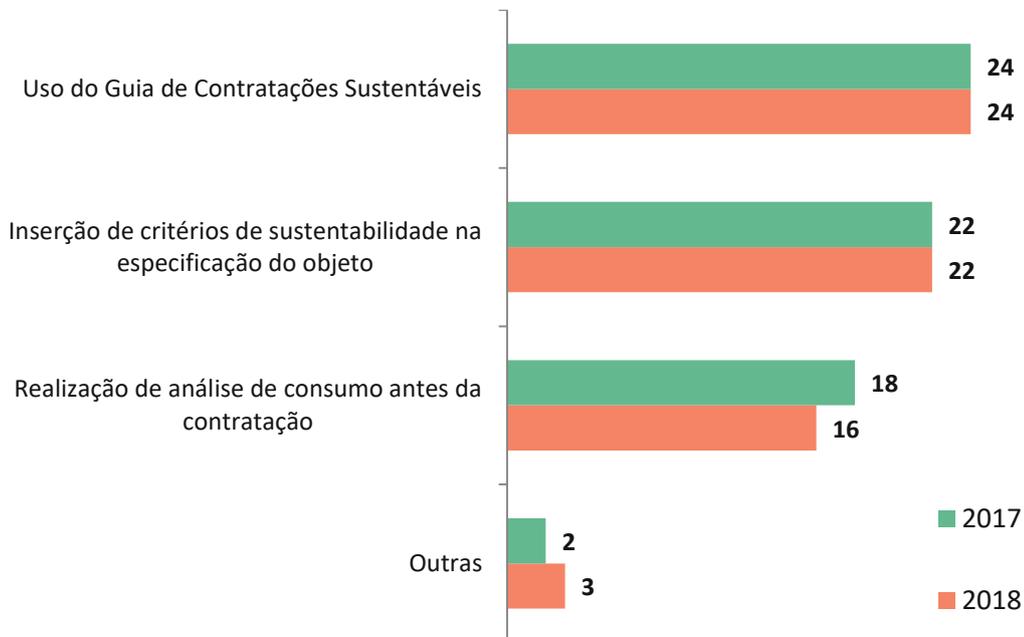
O gráfico aponta que, dentre as boas práticas de qualidade de vida, as mais realizadas são aquelas voltadas à saúde do corpo funcional, como realização de exames periódicos, prevenção e acompanhamento de doenças, saúde mental e combate ao estresse, e avaliação ergonômica. Outra atividade realizada por grande parte dos Tribunais é a troca de experiências com outros órgãos. Destaca-se, ainda, o incentivo à realização de cursos com a temática da sustentabilidade.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 17

Boas práticas de contratações sustentáveis realizadas pelos TRTs



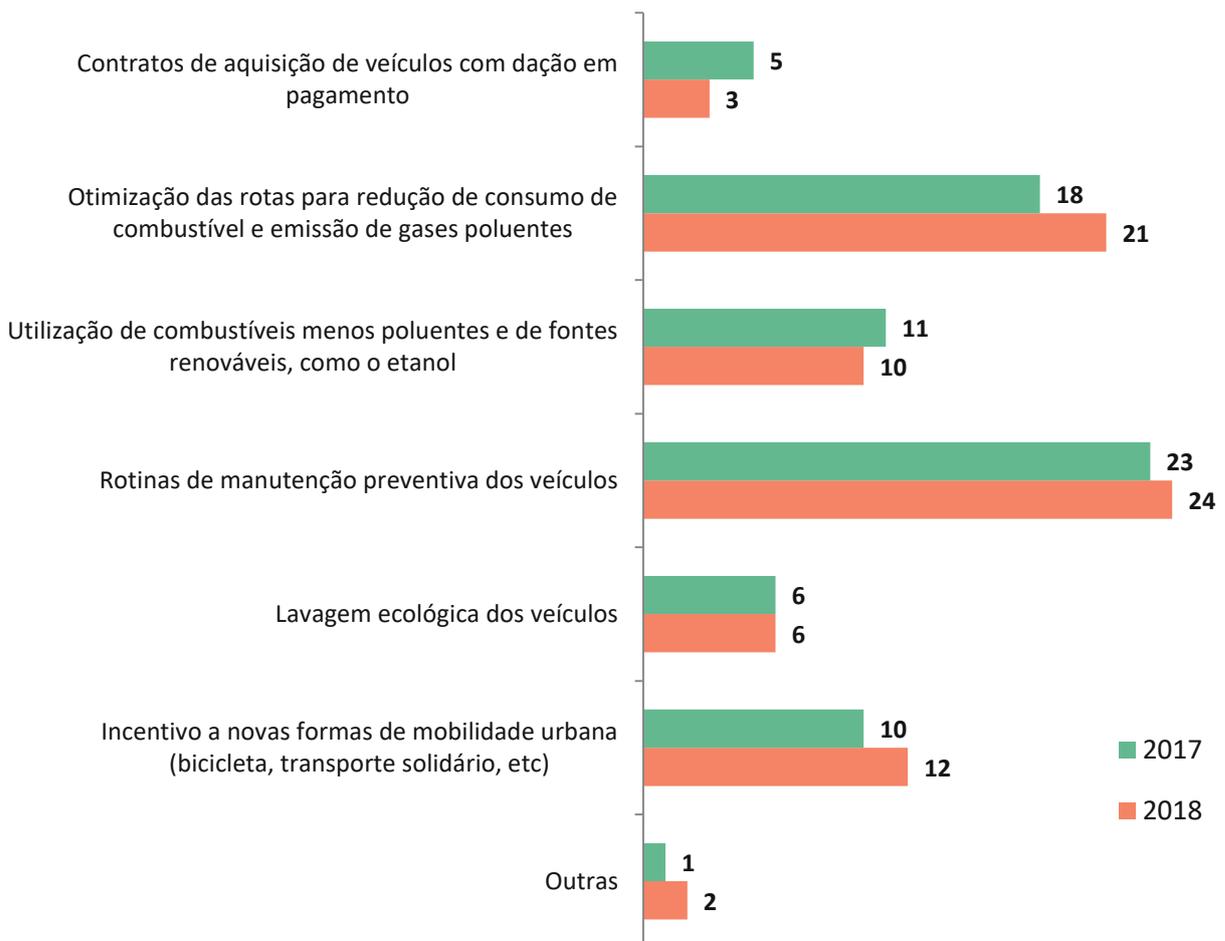
Conforme indica o gráfico acima, todos os TRTs fazem uso do Guia de Contratações Sustentáveis, enquanto 22 regionais afirmam inserir critérios de sustentabilidade na especificação dos objetos de licitação. Destaca-se aqui a reativação do Fórum de Contratações Sustentáveis, cujos novos membros foram nomeados em 2018, dando início aos trabalhos de revisão e atualização do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, com a participação de todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, bem como do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão Socioambiental na Justiça do Trabalho

Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 18

Boas práticas de deslocamento de pessoal, bens e materiais realizadas pelos TRTs

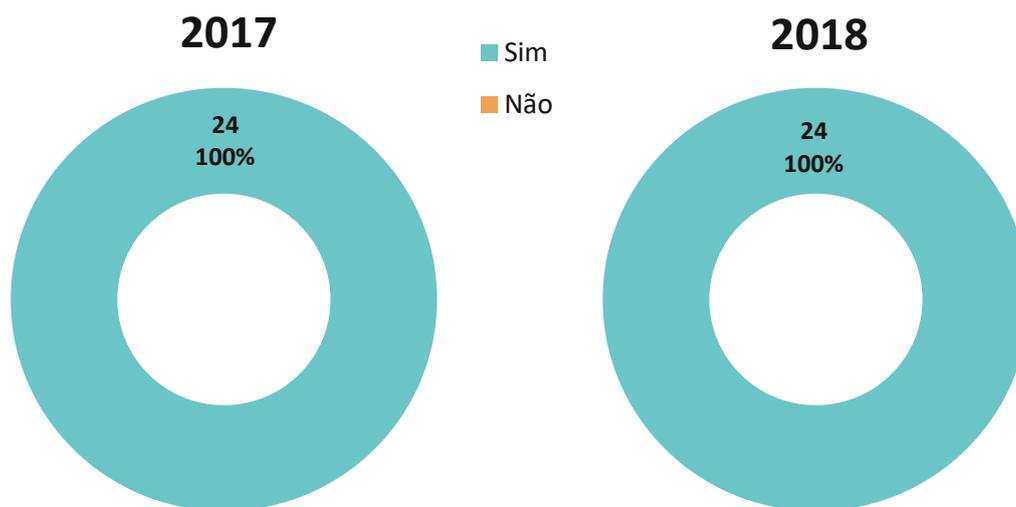


As boas práticas de deslocamento mais realizadas pelos TRTs são as rotinas de manutenção preventiva dos veículos e otimização das rotas para redução de consumo de combustível e emissão de gases poluentes. Ressalta-se que 12 TRTs possuem iniciativas de incentivo a novas formas de mobilidade urbana, 2 a mais do que o registrado em 2017.

Pesquisa Realidade e Necessidades da Gestão
Socioambiental na Justiça do Trabalho
Plano de Logística Sustentável - PLS

► ITEM 19

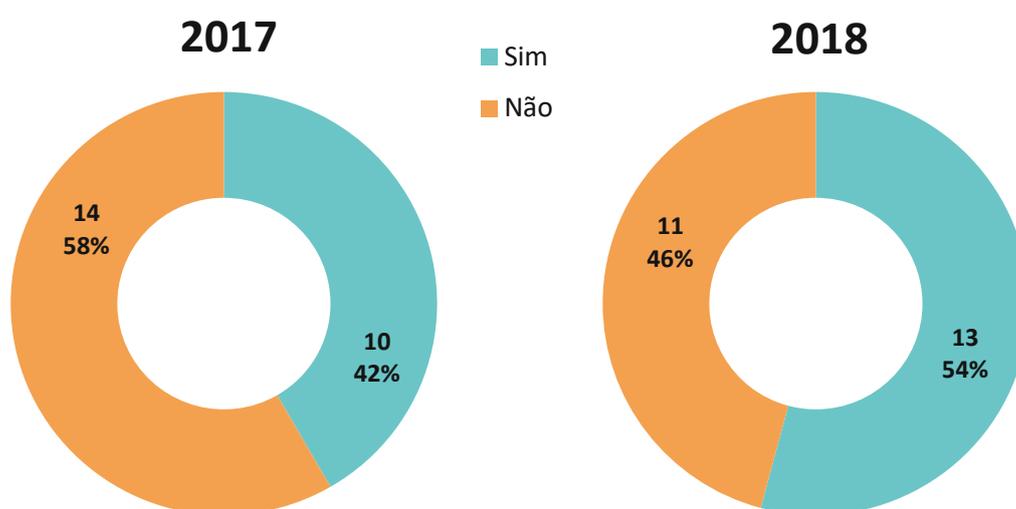
TRTs que monitoram todos os indicadores mínimos para avaliação de desempenho ambiental e econômico do PLS elencados na Resolução CNJ Nº 201/2015



Em 2018, todos os Tribunais Regionais do Trabalho estão monitorando os indicadores mínimos para avaliação de desempenho ambiental e econômico do PLS elencados na Resolução CNJ Nº 201/2015.

► ITEM 20

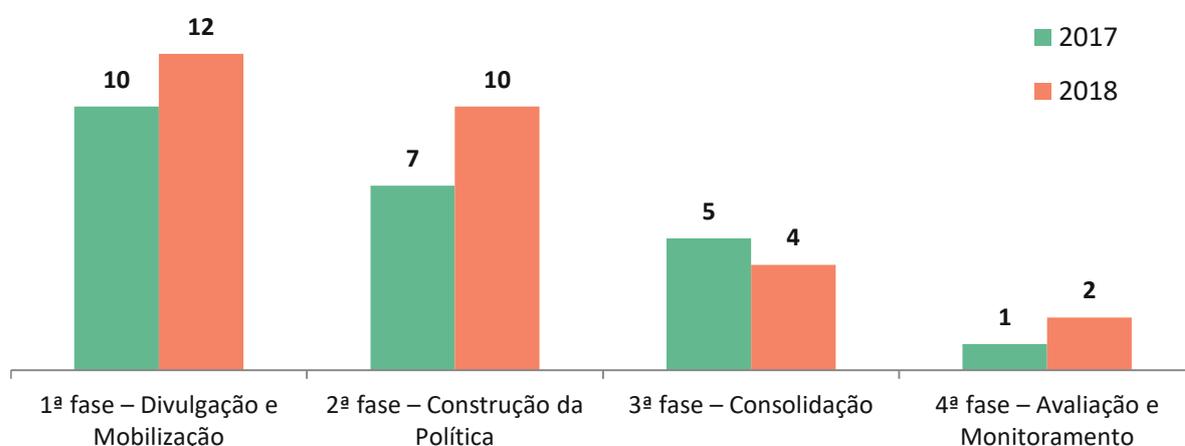
TRTs que iniciaram a elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental



O gráfico acima aponta que 13 tribunais (54%), mais da metade dos regionais, estão implementando suas políticas de responsabilidade socioambiental. Nota-se que em 2018, 3 tribunais iniciaram a elaboração de suas políticas.

► ITEM 20.1

Quais fases previstas no Ato Conjunto CSJT.TST.GP Nº 24/2014 já foram implementadas?



Dentre aqueles que já iniciaram a elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental, a maior parte implementou a 1ª e 2ª fases. Apenas os TRTs da 3ª - MG e 22ª - PI Regiões implementaram todas as fases previstas.